

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-534-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.348211410>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Desafios metodológicos e resultados empíricos 2”, de forma articulada ao volume 1 publicado em junho de 2021, a atual publicação congrega ao todo onze artigos com temáticas relevantes em relação a área de Ciências Sociais, organizados em três principais áreas temáticas.

A primeira área temática se refere a definição de políticas econômicas, desempenho econômico e financeiro e estratégias empreendedoras vinculadas ao planejamento estratégico. Os aspectos mencionados são analisados de forma a estabelecer relações com determinados contextos temporais e geográficos em que se identificam as especificidades e peculiaridades presentes.

A importância das pesquisas na área educacional estão presentes em dois artigos, através dos quais se dá a visibilidade para determinações históricas nos processos de construção do conhecimento, bem como, aspectos que acabam por interferir nas possibilidades de permanência ou não nos sistemas educacionais.

Por fim, são dispostas pesquisas que abordam as possibilidades de comunicação e interação, relação com as redes sociais e impactos nas relações de poder, sendo tratados os conceitos de poder simbólico a partir de Bourdieu.

As pesquisas apresentadas mostram-se relevantes e contemporâneas, contribuem para o desvelamento e aproximações diante das relações sociais estabelecidas e podem vir a contribuir com novos questionamentos e pesquisas em andamento.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UTILIZANDO A TÉCNICA DE PROTOCOLO VERBAL PARA DELIMITAÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DO DESIGN DE BRINQUEDOS

Roseane Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114101>

CAPÍTULO 2..... 14


PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO ALICERCE PARA O CRESCIMENTO NO RAMO DOS RESTAURANTES: UM ESTUDO DE CASO NA CASA DO TAMBAQUI

Bruna Lívia Timbó de Araújo Balthazar

Jackson Balthazar de Arruda Camara

Gleimíria Batista da Costa Matos

Pedro Luiz de Oliveira Neto


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114102>

CAPÍTULO 3..... 31

ATRIBUTOS DETERMINANTES DO EMPREENDEDORISMO LOCAL NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS

Tainí Rodrigues Dias

Silvio Paula Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114103>


CAPÍTULO 4..... 41

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA PARA ABERTURA DE UM PET SHOP NO MUNICÍPIO DE ANAPURUS - MA

Maria de Nazaré dos Anjos Barros

Matheus Sousa Garreto


Tatiana Alves de Paula

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114104>

CAPÍTULO 5..... 58

UMA ABORDAGEM SUSTENTÁVEL DE SISTEMA PRODUTO-SERVIÇO: UMA ANÁLISE EM SERVIÇOS PÚBLICOS


Marlom Barcelos dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114105>

CAPÍTULO 6..... 62

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA- PIAUÍ NO PERÍODO DE 2015 A 2018


Vanessa Silva Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114106>

CAPÍTULO 7..... 74

O DINHEIRO E A FALTA DE ESCLARECIMENTO: O DESENCAIXE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ralph José Neves dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114107>

CAPÍTULO 8..... 84


A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Roseane Mendes Bernartt

Camila Capucho Cury Mendes

Jane Silva Bühner Taques

Wanessa Margotti Ramos Storti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114108>

CAPÍTULO 9..... 93


IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Mariana Dórea Figueiredo Pinto

Joenison Batista da Silva

Moisés Maciel Santos

Thiago de Jesus dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3482114109>

CAPÍTULO 10..... 113

O PODER EM PIERRE BOURDIEU: REFLEXÃO SOBRE O PODER SIMBÓLICO NAS OBRAS BOURDIEUSIANAS

Derllânio Telecio da Silva

Rafael dos Santos Balbino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34821141010>

CAPÍTULO 11..... 118

BRANDING Y POSICIONAMIENTO DE UNA AGRUPACIÓN MUSICAL DE CUMBIA SUREÑA, DEL PERÚ, 2020


Leopoldo Wenceslao Condori Cari

Edy Larico Mamani

Demetrio Flavio Machaca Huancollo

Percy Gonzalo Puma Puma

Enoc Elías Molina Chambi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34821141011>


CAPÍTULO 12..... 134

O TEMPO DO VIRTUAL: UMA ANÁLISE DA NARRATIVA JORNALÍSTICA NA REDE SOCIAL FACEBOOK DO “JABUTIGÃO” DA AMAZÔNIA

Nice Hellen Mateus Oliveira Miranda

Helenice Mateus Oliveira

Analaura Corradi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34821141012>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	146
ÍNDICE REMISSIVO.....	147

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA- PIAUÍ NO PERÍODO DE 2015 A 2018

Data de aceite: 01/10/2021

Data de submissão: 06/07/2021

Vanessa Silva Pereira

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Parnaíba – PI

<http://lattes.cnpq.br/4929322629557708>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a situação financeira e econômica do município de Parnaíba – PI no período de 2015 a 2018 através da utilização de quocientes específicos para análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. A análise foi realizada nas seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial. Esse estudo no que diz respeito ao processo metodológico se caracteriza quanto ao objetivo como uma pesquisa descritiva, já em relação às técnicas de elaboração pode-se classificá-lo como uma pesquisa documental, sendo que no que concerne à abordagem do tema, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa de caráter qualitativa. Na análise dos resultados dos quocientes o município de Parnaíba apresentou bons resultados nos exercícios de 2015 a 2018, entretanto, deve-se atentar para o nível de arrecadação a fim de se evitar baixa execução das despesas fixadas no orçamento.

PALAVRAS - CHAVE: Análise de Balanços, Contabilidade Pública, Demonstrações Contábeis, Finanças Municipais.

ANALYSIS OF THE ECONOMIC AND FINANCIAL PERFORMANCE OF THE MUNICIPALITY OF PARNAÍBA-PIAUI IN THE PERIOD FROM 2015 TO 2018

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the financial and economic situation of the municipality of Parnaíba - PI from 2015 to 2018, through the use of specific quotients to analyze the Financial Statements Applied to the Public Sector. The analysis was made in the following statements: Budget Balance Sheet, Financial Balance Sheet and Balance Sheet. Regarding the methodological process, this study is characterized, with respect to the objective, as a descriptive research, in relation to the techniques of elaboration can be classified as a documentary research, what concerns the approach of the subject, the work is a qualitative research. In the analysis of the results of the quotients, the municipality of Parnaíba presented good results in the years 2015 to 2018, however, the level of revenue in order to avoid low implementation of the expenses set out in the budget should be noted.

KEYWORDS: Balance Sheet Analysis. Public Accounting. Accounting Statements. Municipal Finances.

1 | INTRODUÇÃO

A intervenção do Estado no sistema de mercado tem a finalidade de fazê-lo funcionar de maneira eficiente diante da complexidade do sistema econômico, as “falhas de mercado”. Surgiu diante da necessidade da sociedade de

um governo para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas (ALBURQUERQUE; MEDEIROS; FEIJO, 2013). Essa intervenção se dá através da Administração Pública que tem como objetivo precípuo que os interesses e necessidades da sociedade tais como: segurança, saúde, educação e cultura, sejam alcançados através observância das legislações inerentes ao tema.

Em face disso, a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) foi, dentre as legislações anteriores, a mais inovadora em relação à democratização do planejamento e do orçamento com capítulos inteiramente destinados a finanças públicas: o Capítulo II do Título VI e a Seção II sobre os orçamentos. Quanto às demais legislações aplicáveis ao assunto, tem-se a Lei nº 4.320 de 1964 que estatui normas gerais de Direito Financeiro e a Lei Complementar nº 101 de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), onde ambas se complementam em relação à elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da Federação.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi instituída visando o controle de gastos de todas as esferas de governo, ou seja, o equilíbrio orçamentário e a transparência das contas públicas. Estabelece várias normas de finanças públicas a serem tomadas pelos gestores de cada ente a fim de se alcançar uma gestão planejada e transparente, como a prestação de contas detalhadas aos Tribunais de Contas para serem julgadas, estabelecimento de limites no que tange a renúncia de receita, despesa com pessoal, entre outras (BRASIL, 2000).

A Lei Federal nº. 4.320/1964 (BRASIL, 1964) veio disciplinar a contabilidade pública no Brasil, introduzindo normas gerais do Direito Financeiro, voltadas à elaboração e ao controle dos orçamentos e balanços, da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Nesse âmbito, a Contabilidade Aplicada à Administração Pública é instrumento crucial para fornecer informações para a elaboração de demonstrações contábeis e financeiras as quais possibilitam a análise da situação patrimonial, desempenho econômico e financeiro do ente público com intuito de fornecer informações úteis capazes de subsidiar o processo de tomada de decisão. Dessa forma, o Ente Público é capaz de cumprir com suas obrigações perante a sociedade de prestar contas da utilização dos recursos públicos.

Observa-se que os gestores públicos estão convivendo com novas responsabilidades que vão além da necessidade de manter equilíbrio entre receitas e despesas e controlar o endividamento público, premissas dessa nova ordem vigente; também precisam desenvolver ações que visem melhores resultados na aplicação dos recursos, para que dessa forma, possam suprir as novas e crescentes demandas da população por serviços públicos. Coelho e Quintana (2008) apontam que os gestores públicos, no exercício de sua função de administrar os escassos recursos financeiros disponíveis para prover serviços de qualidade à população, necessitam de instrumentos capazes de subsidiar a tomada de

decisões.

Diante dessa situação a Contabilidade possui instrumentos capazes de diagnosticar a situação financeira, econômica e orçamentária de uma entidade através dos dados contidos em seus demonstrativos. Por meio da Análise das Demonstrações Contábeis, os gestores conseguem extrair informações norteadoras para tomar decisões a respeito da entidade ao longo do tempo, e assim tornar a gestão mais eficaz.

Dada as considerações anteriores, o objetivo dessa pesquisa é analisar os demonstrativos contábeis do município de Parnaíba – PI, no período de 2015 a 2018, através dos índices econômicos e financeiros. A pesquisa, através das informações disponibilizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, pretende proporcionar à sociedade, uma maior compreensão dos dados constantes dos balanços públicos municipais e mostrar a relevância da análise dessas demonstrações no auxílio aos gestores na correta utilização dos recursos públicos resultando no atendimento das necessidades da população.

O presente artigo contém 5 (cinco) seções. Após esta introdução, têm-se o referencial teórico. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada. Logo após, apresentam-se os resultados da pesquisa e, na quinta seção, a conclusão.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

As Demonstrações Contábeis são relatórios produzidos pela contabilidade de qualquer entidade, seja no setor privado ou no setor público, onde estão registradas as transações realizadas em um determinado período.

A Lei nº 6.404 de 1976 - Lei das Sociedades por Ações (BRASIL, 1976), dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis pelas sociedades por ações. Determina a elaboração pela diretoria do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos ao final de cada exercício social, com base na escrituração contábil.

A estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público são padronizadas pela parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do MCASP (2017) e devem ser observadas pela União, estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

A Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), no artigo 50, inciso III, dispõe sobre o assunto expondo que “as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal

dependente.”

Carvalho e Ceccato (2017, p. 712) enfatizam que “as demonstrações contábeis são exatamente a materialização do objetivo das Ciências Contábeis: elas reúnem informações de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio público, bem como das mutações ocorridas em determinado período”.

Os autores pontuam as finalidades e objetivos da elaboração desses demonstrativos. Quanto à finalidade, tem-se de atender a legislação, em especial a Lei nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964) e atender ao princípio constitucional da publicidade dos atos públicos. Em relação ao objetivo, é evidenciar quantitativa e qualitativamente os atos relacionados à receita, despesa, bens, direitos, obrigações, assim como prestar informações à sociedade, de modo a possibilitar o exercício da cidadania no processo de fiscalização dos atos públicos, e ainda, o efetivo controle social sobre as contas dos entes federativos.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público estão dispostas na Lei nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964) pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis (2014) e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), sendo o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). As demonstrações objeto da análise foram:

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil a qual compreende o saldo das contas de receitas e despesas previstas, confrontando-os com os efetivamente realizados. Tem como objetivo acompanhar a execução do orçamento, a qual é extremamente importante para a formulação, avaliação e condução da política fiscal: “formulam-se opiniões a respeito de que grau a gestão orçamentária, promove o equilíbrio fiscal e contribui para que o endividamento público esteja em níveis aceitáveis” (CARVALHO; CECCATO, 2017, p. 724).

b) Balanço Financeiro: De acordo com o art. 103 da Lei nº 4320/1964 o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária assim como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Representa a equação de equilíbrio entre entradas e saídas de recursos financeiros dos órgãos e entidades da Administração Pública (CARVALHO; CECCATO, 2017, p. 750).

c) Balanço Patrimonial: O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (2017) define Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os elementos patrimoniais são divididos em “circulante” e “não circulante” com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. A análise do Balanço Patrimonial permite informações qualitativas e quantitativas sobre o patrimônio, como liquidez e seu endividamento.

2.2 Análise das Demonstrações e o Uso de Indicadores

Analisar as demonstrações contábeis de uma entidade constitui-se de uma ferramenta imprescindível para o gestor no processo de tomada de decisão. Iudicibus (1998) avalia a análise das demonstrações contábeis como uma arte de saber extrair relações úteis dos relatórios tradicionais e de suas extensões e detalhamento.

No setor público, Kohama (1999, p. 139):

Analisar é proceder a uma investigação dos fatos com base nos dados que são apresentados nas quatro peças que fazem parte do conjunto dos denominados Balanços Públicos: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

Silva *et al.*, (2013), elenca que a acessibilidade aos resultados presentes nos Balanços Públicos contribui para o controle social e a formação de opinião e, com isso, beneficia o cidadão, que passa a conhecer melhor as ações do governante e passa a exercer com propriedade a cidadania.

Para Asaf (2002), apesar de existirem várias técnicas que podem ser utilizadas na análise das demonstrações contábeis, três delas são consideradas básicas da avaliação empresarial: Análise Horizontal, Análise Vertical e Análise de Indicadores Econômico-financeiros.

Os indicadores também são conceituados como medidas utilizadas para avaliar, mostrar a situação e as tendências das condições de um dado ambiente (TOCCHETTO; PEREIRA, 2004).

Teixeira e Santana (1994, p. 85) corroboram afirmando que:

Um sistema de indicadores, adequadamente definido, funciona como um instrumento de racionalização e modernização da gestão. Ele delimita o campo observável da ação a ser desenvolvida, facilitando a identificação dos objetivos e metas a serem perseguidas por uma organização ou área governamental; propicia a concentração de esforços e, conseqüentemente os meios para alcançá-los.

Os quocientes aplicados nos demonstrativos públicos do município de Parnaíba - PI foram extraídos de Kohama (2000). Estes quocientes são específicos para demonstrativos de órgãos públicos.

2.3 O Município de Parnaíba

Parnaíba é o segundo município mais populoso do estado do Piauí, com uma população de 153 078 habitantes de acordo com a estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2018. A cidade também destaca-se como a segunda maior economia do estado, dispendo de indústrias de produtos alimentícios, perfumaria, uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) além do agronegócio com o perímetro irrigado dos tabuleiros litorâneos.

Possui área territorial de 498,229 Km², sendo um dos quatro municípios litorâneos

do estado do Piauí. Ainda de acordo com o IBGE (2019), no ano de 2016, o Produto Interno Bruto – PIB foi de R\$ 1 920 668,42 mil e o PIB per capita de R\$ 12 787,32. O percentual das receitas oriundas de fontes externas foi de 81,2%.

3 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo, quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva. Beuren *et al.* (2006), analisa a pesquisa descritiva como não tão preliminar quanto a pesquisa exploratória e nem tão aprofundada quanto a pesquisa explicativa, classificando a descrição como uma forma de identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos. Alcançam-se os objetivos da pesquisa por meio da análise das demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI, com base no cálculo dos quocientes econômicos e financeiros.

Com relação ao procedimento técnico usado, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa documental. Para Bauren *et al.* (2006) na pesquisa documental, as fontes de coleta são mais diversificadas e dispersas. O autor enfatiza que os dados são compilados pelo próprio estudante, podendo esses dados serem obtidos de publicações, cartas, arquivos privados, entre outros.

O presente artigo, no que se refere à abordagem, pode-se classificá-lo como qualitativo com relação à análise desses quocientes.

Os dados necessários para a realização do estudo foram extraídos das demonstrações e relatórios contábeis do município de Parnaíba do período de 2015 a 2018, os quais foram fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí e foram analisados por meio do resultado do cálculo de quocientes sobre as demonstrações aplicadas ao setor público. Através da análise, obteve-se resultados os quais geraram informações sobre o desempenho econômico e financeiro do município de Parnaíba no período analisado.

Os objetos de análise são os balanços dispostos na Lei nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964) quais sejam: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial dos exercícios financeiros de 2015, 2016, 2017 e 2018. Os quocientes utilizados foram propostos por Kohama (2000) com adaptações, para o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial.

Os quocientes do Balanço Orçamentário foram da Execução da Receita o qual indica o quanto foi realizado de receita executada em comparação com a receita prevista; o Equilíbrio Orçamentário demonstra quanto a despesa fixada é maior do que a receita prevista; a Execução da Despesa aponta quanto da despesa fixada foi utilizado em despesa executada; o Quociente do Resultado Orçamentário mostra quanto da receita executada serve de cobertura para a despesa executada (Kohama, 2000).

Os quocientes utilizados para a análise do Balanço Financeiro foram Execução Orçamentária o qual exprime quanto a receita orçamentária representa para o pagamento

da despesa orçamentária; Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária confronta a receita orçamentária com a despesa orçamentária paga; a Execução Orçamentária Corrente indica quanto a receita corrente recebida representa em relação à despesa corrente paga; a Execução Orçamentária de Capital demonstra quanto a receita de capital recebida representa em relação à despesa de capital paga; a Execução Extra Orçamentária é a relação entre as receitas extra orçamentárias com as despesas extra orçamentárias; o Resultado da Execução Financeira reflete a relação do somatório das receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias para se obter o resultado do exercício financeiro; o Resultado dos Saldos Financeiros representa o valor que será incorporado a conta saldo para o exercício seguinte, decorrente da relação entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior (Kohama, 2000).

Para a análise do Balanço Patrimonial foram utilizados três quocientes, sendo: Situação Financeira obtido através da divisão entre o ativo financeiro e o passivo financeiro; Situação Permanente indica se há endividamento por meio do confronto entre o ativo permanente e o passivo permanente; e o Resultado Patrimonial que indica se há superávit patrimonial (Kohama, 2000).

Nesse sentido, foi utilizado como fonte de dados, o site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE PI na internet, por meio do Documentação Controle, que disponibiliza as demonstrações contábeis e financeiras dos municípios piauienses.

Os dados foram tabulados em planilhas utilizando-se o software Microsoft Office Excel com as fórmulas referentes aos quocientes a fim de se realizar os cálculos. Posteriormente, foi feita a análise dos resultados dos quocientes com o intuito de produzir informações sobre o desempenho econômico e financeiro do município de Parnaíba – PI.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos balaços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial do município de Parnaíba – PI possibilitou as seguintes conclusões:

4.1 Indicadores do Balanço Orçamentário

Quocientes	2015	2016	2017	2018
Quociente de Execução da Receita	0,81	0,99	0,92	0,88
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	1,00	1,00	1,02	1,00
Quociente da Execução da Despesa	0,75	0,84	0,84	0,82
Quociente do Resultado Orçamentário	1,09	1,18	1,07	1,07

Tabela 1 – Resultado dos Quocientes do Balanço Orçamentário

Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado do **Quociente de Execução da Receita** foi menor que 1 nos quatro períodos analisados, mostrando que houve insuficiência de arrecadação em relação a receita prevista, com exceção do ano de 2016 onde a receita executada esteve próxima da receita prevista, com percentual de aproximadamente 99%.

O **Quociente de Equilíbrio Orçamentário** apontou que nos anos de 2015 e 2016 houve equilíbrio entre as despesas fixadas e as receitas previstas no orçamento. Entretanto, em 2017 e 2018 as despesas fixadas foram maiores que as receitas previstas, indicando a abertura de créditos suplementares nos dois anos.

O **Quociente de Execução da Despesa** mostrou resultados abaixo de 1, indicando que em 2015, 2016, 2017 e 2018, apenas 75%, 84%, 84% e 82% da despesa fixada foi de fato executada, respectivamente. Esses resultados representam uma economia orçamentária. Todavia, podem ter relação com a insuficiência na arrecadação demonstrada pelo Quociente de Execução da Receita.

Os valores encontrados no **Quociente do Resultado Orçamentário** mostram nos quatro anos um resultado orçamentário superavitário, ou seja, a receita realizada serviu de cobertura para a despesa executada, destacando-se o ano de 2016, onde para cada 1,00 de despesa executada, tinha-se 1,18 de receita realizada indicando superávit orçamentário.

4.2 Indicadores do Balanço Financeiro

Quocientes	2015	2016	2017	2018
Execução Orçamentária	0,93	1,11	0,98	0,98
Financeiro Real da Execução Orçamentária	0,93	1,11	0,98	0,98
Execução Orçamentária Corrente	1,12	1,19	1,07	1,09
Execução Orçamentária de Capital	0,36	0,84	1,07	0,16
Execução Extra-Orçamentária	1,30	0,77	1,26	1,10
Quociente do Resultado da Execução Financeira	1,01	1,03	1,03	1,01
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	1,09	1,39	1,25	1,05

Tabela 2 – Resultado dos Quocientes do Balanço Financeiro

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise executada do **Quociente da Execução Orçamentária** revelou um déficit orçamentário no ano de 2015 pois apresentou o quociente menor que 1. Já no ano de 2016 todas as despesas orçamentárias conseguiram ser pagas com os recursos oriundos da receita orçamentária, representando um superávit. Porém nos próximos dois anos, a situação volta a ser negativa com novos déficits orçamentários tendo em vista que a despesa orçamentária foi maior que a receita orçamentária daqueles anos.

O **Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária** apresentou, com

exceção do ano de 2016, resultados menores que 1. Isso significa que a despesa orçamentária foi maior do que a receita orçamentária recebida em 2015, 2017 e 2018, indicando que nesses exercícios houve a utilização de recursos financeiros provenientes da receita extra orçamentária.

Os valores encontrados no **Quociente da Execução Orçamentária Corrente** apresentaram bom resultado, pois todos foram maiores que 1. Dessa forma, a receita corrente recebida foi superior às despesas correntes pagas.

Já no **Quociente da Execução Orçamentária de Capital** os resultados apresentaram variações. Exceto no ano de 2017 quando o resultado foi maior que 1 caracterizando superávit de capital, nos demais anos a despesa de capital foi superior à receita de capital, com destaque para o ano de 2018. Em 2018, ocorreu uma situação atípica onde para cada 1,00 de despesa de capital o município de Parnaíba tinha 0,16 oriundos de receitas de capital para cobri-las. O valor restante, 0,84, seria coberto com receitas correntes. Apesar da criação de déficit nessas situações, para Coelho e Quintana (2008) o resultado é lícito e considerado normal pois com a existência de superávit orçamentário, este serviu para cobrir o saldo das despesas de capital. Porém, destacam a observância de tais coberturas para que não provoquem futuramente, um déficit orçamentário.

O **Quociente da Execução Extra-Orçamentária** obteve um resultado maior que 1 em 2015, 2017 e 2018. Isso indica que houve um aumento da dívida flutuante. O contrário em 2016, com resultado abaixo de 1 representando diminuição da dívida flutuante, e conseqüentemente, do passivo financeiro.

No **Quociente do Resultado da Execução Financeira** os resultados encontraram-se constantes, sem grandes variações e considerados normais. Percebe-se que o total de receitas orçamentárias e extra orçamentárias foi maior que o total das despesas orçamentárias e extra orçamentárias.

Os períodos analisados também se apresentaram dentro da normalidade na análise do **Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros**, com resultados superiores a 1 decorrentes do aumento do saldo disponível em relação ao exercício anterior.

4.3 Indicadores do Balanço Patrimonial

Quocientes	2015	2016	2017	2018
Situação Financeira	0,57	1,28	0,70	1,23
Situação Permanente	6,02	4,85	9,72	3,11
Resultado Patrimonial	1,84	2,55	4,01	2,09

Tabela 3 – Resultado dos Quocientes do Balanço Patrimonial

Fonte: Elaborado pelo autor.

O **Quociente da Situação Financeira** sofreu variações durante os períodos

analisados. Em 2015, para cada 1,00 de obrigações financeiras o município tinha 0,57 de recursos financeiros disponíveis. O ano de 2017 também apresentou resultado negativo. Nos anos de 2016 e 2018 houve superávit financeiro, ou seja, ativo financeiro maior que o passivo financeiro indicando a possibilidade de abertura de créditos adicionais no exercício seguinte com o excesso de recursos financeiros.

Todos os valores encontrados no **Quociente da Situação Permanente** apontaram saldo patrimonial positivo, com destaque para o ano de 2017. Dessa forma, a soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e valores de longo prazo superam o valor da dívida fundada, isto é, as obrigações de longo prazo. Esse resultado representa que o município possui um superávit no grupo Permanente.

Por fim, o **Quociente do Resultado Patrimonial** também apresentou resultados normais com valores maiores que 1 indicando que a soma de bens e direitos é superior a soma das obrigações mais as dívidas fundadas.

5 | CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar os demonstrativos públicos do município de Parnaíba através dos indicadores financeiros e econômicos amplamente utilizados para a análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Inicialmente buscou-se através de revisão bibliográfica, fundamentar as principais demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Em seguida, foram definidos quais indicadores também chamados de quocientes seriam utilizados para realizar a análise.

A análise feita nos Balanços Orçamentários mostra que apesar da baixa arrecadação de receitas em relação às receitas previstas, o município obteve um resultado superavitário conseguindo cumprir as obrigações constantes em seu orçamento, tendo em vista receita executada foi sempre superior à despesa executada nos quatro anos. Dessa forma, o município manteve um equilíbrio orçamentário no período em estudo.

No Balanço Financeiro, os indicadores revelaram déficits financeiros nas análises da Execução da Orçamentária. O Quociente de Execução Orçamentária de Capital em 2018 chegou a 0,16, ou seja, para cada 1,00 de despesa de capital, o município utilizou 0,84 de recursos oriundos do resultado corrente. Em relação ao Resultado da Execução Financeira, a arrecadação total foi superior ao total de despesas do município, caracterizando uma situação favorável ao município no cumprimento de suas obrigações.

Por fim, constata-se no Balanço Patrimonial que o município de modo geral, apresentou resultado patrimonial positivo na medida em que a soma dos bens e direitos eram superiores à soma das obrigações mais as dívidas fundadas. Percebeu-se um superávit no grupo permanente, o qual ocasionou em situação permanente e resultado patrimonial positivo.

Após a análise econômica e financeira do município de Parnaíba nos exercícios

de 2015 a 2018 constata-se a apresentação de bons resultados, devendo-se atentar-se apenas ao nível de arrecadação para a execução das despesas fixadas no orçamento. Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a utilização desses indicadores nos demonstrativos contábeis anualmente além de estudos aprofundados sobre as possíveis causas de alguns resultados dos quocientes terem sido abaixo do que a doutrina classifica como satisfatório.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJO, P. H. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e prática de planejamento, orçamento e a administração financeira com responsabilidade fiscal**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico- financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN. I. S. *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

_____. IBGE. **Estimativa Populacional 2018 IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>. Acesso em: 24 de mai. 2019.

_____. IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2016**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=2207702>. Acesso em: 24 de mai. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais sobre Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 13 mai. 2019.

_____. **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 13 mai. 2019.

CARVALHO, D.; CECCATO, M. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. 4. ed. Niterói: Impetus, 2017.

COELHO, D. M.; QUINTANA, A. C. **Análise do desempenho econômico e financeiro de entidades da administração pública direta: O caso da Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS)**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 13, n. 2, p. 1–15, 2008.

KOHAMA, H. **Balancos Públicos: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELES, H.C. *et al.* Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. Tesouro Nacional. 7. ed. 2016.

SILVA, M. C.; TAVARES, A. L.; ARAUJO, A. O.; SILVA, J. D. G. **Análises de Balancos Públicos: Quociente do Resultado Orçamentário do Governo Federal. 2000 – 2009**. Contabilidade Vista & Revista, v. 24, n. 3, p. 15–34, 2013.

TOCCHETTO, M. R. L.; PEREIRA, L. C. **Seleção de indicadores ambientais para indústria com atividade galvânica**. In: Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 28. 2004, Curitiba. Anais. Paraná: Anpad, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise de balanços 72

Atributos 10, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 65, 98, 121, 122, 124

B

Bourdieu 9, 11, 113, 114, 115, 116, 117

Brandig 119

C

Casa do tabaqui 10, 14

Ciências Contábeis 11, 31, 34, 38, 40, 65, 72, 93, 95, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 112

Contabilidade Pública 62, 63, 72

Criação de empresas 31, 33, 37, 38, 39

D

Demonstrações Contábeis 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71

Design de brinquedos 10, 1, 2

E

Ecossistema 31, 32, 38, 40

Empreendedorismo 10, 14, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 56, 57

Ensino Superior 11, 2, 34, 38, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 109, 110, 111

Evasão 11, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 108, 109, 110, 111, 112

F

Facebook 11, 50, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Finanças Municipais 62

G

Gestão 2, 12, 13, 18, 20, 21, 30, 31, 39, 41, 42, 44, 52, 57, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 72, 93, 111, 119, 146

I

Identidade Sonora 119

Identidade Verbal 119

Identidade Visual 119

J

“Jabutigão” 11, 134, 136, 140, 142, 143

N

Narrativas *on-line* 134, 135, 138, 139, 143

Negócio 15, 16, 17, 18, 26, 27, 29, 32, 41, 42, 43, 44, 50, 52, 55, 56

P

Planejamento Estratégico 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 27, 29, 30

Poder Simbólico 9, 11, 113, 114, 115, 116

Posicionamiento 11, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Prática Profissional 1

Protocolos Verbais 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 11

R

Recursos 18, 21, 23, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 52, 53, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 95, 96, 115, 143

Rede Social 11, 8, 46, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Restaurante 14, 15, 16, 17, 25, 26, 27, 28, 29

S

Serviços Públicos 10, 58, 59, 60, 63

Sistemas Simbólicos 113, 114, 115

Sustentabilidade 58, 59, 60

V

Viabilidade 10, 41, 42, 44, 54, 56, 57, 104

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



 **Atena**
Editora

Ano 2021